

COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR

24ª SESSÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-GERCO)

Brasília, 25 de novembro de 2004

1. ABERTURA

A 24ª Sessão Ordinária do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO) foi aberta às 10h30min pelo Cmte. Serra que deu boas vindas a todos, informando, ainda, quanto à presença do Cmte. Santoyo, **da Secretaria Executiva do Grupo Executivo de Modernização dos Portos (SEGEMPO)**, que vem participando do "Grupo de Modernização dos Portos". A palavra foi passada para a Sra. Oneida Freire (MMA) que, após agradecer à SECIRM pela recepção, deu início à condução dos trabalhos da reunião, que contou com os seguintes presentes:

REPRESENTANTES

- **Antonio Menezes Junior** – Ministério das Cidades (Mcidades)
- **Celso Moraes Peixoto Serra** – Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM)
- **Edison de Oliveira Vianna Jr.** – SEGES/MT
- **Rodrigo Ramiro** – Ministério do Turismo
- **José Telino de L. Neto** – SEAP/PR
- **Gerson Narcizo** – SPI / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- **Maria Luiza Gumão** – Ministério dos Transportes / Agência Nacional de Transportes Aquaviários (MT/ANTAQ)
- **Mauro Figueiredo** – ONG/CONAMA
- **Oneida Freire** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Paulo Teixeira de Castro** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)
- **Renato Falleiros** – Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- **Assis Lacerda** – Associação Brasileira de Entidades do Meio Ambiente (ABEMA)
- **Carlos Wagner Gomes** – MB/EMA
- **Marcelo Braga Junior** – Secretaria do Patrimônio da União/ MP

OUTROS PARTICIPANTES

- **Ademilson Josemar Zamboni** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **João Luis Nicolodi** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Luis Mauro Ferreira** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Márcia Oliveira** – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Maria do Carmo de Lima Bezerra** – Consultora/Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- **Roberto Santoyo** – SEGEMPO
- **Silvio Jablonski** – Consultor/Ministério do Meio Ambiente (MMA)

2. PROVIDÊNCIAS ADMINISTRATIVAS

2.1. Adoção da Agenda

A Agenda Provisória para a 24^a Sessão Ordinária do GI-GERCO foi submetida aos membros presentes e considerada aprovada, com pequenas alterações de horário.

2.2. Aprovação da ata da sessão anterior

A Sra. Oneida Freire submeteu a Ata da 23^a Sessão Ordinária do GI-GERCO à apreciação dos respectivos representantes. As seguintes alterações foram propostas - O Cmte. Serra solicitou que o último parágrafo da página 4 fosse alterado, passando a incluir o termo "execução" (*...a partir da experiência de revisão do PAF, fossem constituídos Comitês Executivos para cada linha de ação, de modo a dar mais agilidade à **execução** e ao acompanhamento do PAF...*). O Sr. Mauro Figueiredo propôs a alteração da última frase do primeiro parágrafo, da página 5, de modo a dar maior ênfase à participação da sociedade civil nos procedimentos de gestão. A frase passaria a ter a seguinte redação - "*...descrevendo sobre os aspectos da gestão da Reserva Biológica do Arvoredo (SC), como exemplo de contribuição da sociedade civil para as medidas de gestão...*" Após as inclusões, a Ata aprovada por unanimidade.

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

A Sra. Oneida Freire apresentou a consultora Maria do Carmo de Lima Bezerra, responsável pelo processo de sistematização das informações e textos disponíveis para a elaboração do novo PAF. Informou, ainda, que se trata de uma síntese preliminar, ainda não completamente sistematizada. Reiterou, também, que foram mantidas apenas as propostas de consenso, tendo-se eliminado as inserções mais polêmicas, como aquelas que diziam respeito explicitamente à carcinicultura.

A Sra. Oneida reiterou que a reunião tinha como propósito a discussão do texto do PAF, propriamente dito, supondo-se que os projetos, constantes dos anexos ao documento, já poderiam ser considerados como objeto de consenso.

3.1. Apresentação da versão preliminar do Plano de Ação Federal da Zona Costeira (PAF-ZC) - Estrutura e sistematização dos subsídios dos Grupos de Trabalho - MMA

A palavra foi passada à Sra. Maria do Carmo, que apresentou as linhas gerais de seu trabalho de sistematização e síntese, realizado em estreita colaboração com a equipe do MMA/SQA/GERCOM.

A consultora assinalou os seguintes pontos:

- O procedimento de síntese teve como base as propostas definidas na reunião, realizada no MMA, em 10 de novembro de 2004, com a presença de técnicos do MMA/SQA/GERCOM, IBAMA, Marinha do Brasil, SEAP/PR, SPU e consultores convidados;
- Os documentos básicos, para análise, foram o Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, o PAF de 1998 e os seis textos, referentes às linhas de ação consideradas como prioritárias para a nova versão do Plano, preparados ao longo do processo de revisão em 2004;
- Foram levantados e analisados os projetos constantes do PPA 2004-2007, com possível rebatimento na zona costeira, identificados por seus objetivos e ações específicas e recursos previsto;
- Foi realizada uma avaliação cruzada entre as informações obtidas no PPA e os projetos que compõem o PAF, como forma de definir com maior precisão as articulações e os arranjos institucionais cabíveis.

Após apresentação, foi aberta a discussão ao grupo. Foi sugerido que no item 1.2 "Avaliação das ações implementadas pelo PAF", estaria caracterizando um papel de menor destaque para as instituições mencionadas na consecução do PAF de 1998, em contraposição ao MMA e à SPU. O representante do IBAMA acrescentou que parte das ações previstas teria sido realizada na forma de Convênios e não por projetos específicos. A Sra. Oneida Freire justificou a abordagem do texto, explicando que o item em discussão tratava apenas de "projetos previstos no PAF e efetivamente desenvolvidos" ao longo da sua vigência.

O Sr. Mauro Figueiredo manifestou a sua preocupação quanto à necessidade de uma menção mais explícita para a "capacitação para a gestão, inclusive da sociedade civil", como elemento que deveria constar de todos os projetos. Sugeriu que o primeiro parágrafo, da página 8 do texto do PAF, que trata da adoção de critérios sócio-ambientais para as políticas públicas" fosse alterado para contemplar a questão.

Observou-se que o texto da versão em discussão nem sempre apresentava os aspectos "positivos" determinados pelos vetores de desenvolvimento na zona costeira, podendo passar ao leitor uma possível visão não equilibrada dos problemas. Isso ficaria mais evidente com a questão dos portos que, ao estimular o transporte marítimo, em última instância, determinam a redução da poluição causada pelo tráfego de caminhões e limitam a necessidade de construção de estradas na zona costeira. Objetou-se, no entanto, que o texto procurava salientar as diversas pressões exercidas sobre a zona costeira, o que não eliminava o caráter meritório e os efeitos positivos para a economia ou, indiretamente, para o próprio meio ambiente, por cada um deles. Foi solicitado que os participantes encaminhassem as sugestões pontuais necessárias até o dia 30 de novembro, para que se evitasse a exacerbação pura e simples dos impactos negativos.

Em contrapartida, observou-se a necessidade de manter a concisão do texto, inclusive pela reestruturação do documento e seus anexos.

O representante da SEAP recomendou que o parágrafo que trata da "política de pesca", no item 3.2, página 9, fosse alterado para incluir a "questão produtiva da pesca artesanal". O Sr. José Telino sugeriu que a parte final do parágrafo fosse modificada para - "*Logo, a articulação de suas diretrizes com o ordenamento territorial torna-se indispensável no contexto do PAF, inclusive pela definição de estratégias de ação para as pesca costeira e estuarina.*"

O Sr. Mauro Figueiredo solicitou uma abordagem específica da questão "pesca industrial versus artesanal", porém objetou-se que não se tratava de um vetor de pressão e sim de um conflito resultante de duas atividades econômicas com sobreposição eventual em águas costeiras. O Sr. Silvio Jablonski ponderou que os principais vetores já haviam sido previamente elencados, o que não implicava na inexistência de outras fontes de pressão para a zona costeira (agricultura, pecuária, extração mineral, entre outros, assim como a aproximação das embarcações da chamada "frota industrial"). O Sr. Mauro solicitou, então, que se consignasse o fato de que, como representante da sociedade civil, aquela era apenas a segunda reunião do GI-GERCO para a qual fora convidado e que não pudera, portanto, participar da discussão exaustiva dos vetores de pressão; e que, na sua opinião, o vetor "pesca industrial" deveria ser considerado como devidamente importante.

O Sr. Silvio propôs que o documento fosse reestruturado da seguinte forma:

- Os itens 2 (A Zona Costeira brasileira nos compromissos internacionais) e 3 (A Zona Costeira no planejamento de competência federal) passariam a constituir anexos ao PAF. No item 2, deve ser mencionada a Convenção Internacional sobre Controle e Gestão de Água de Lastro e Sedimentos de Navios, aprovada em fevereiro de 2004, importante para o controle da transferência de espécies exóticas;
- Deve ser incluído um item com "objetivos" do PAF. Os "objetivos", mencionados no item 6, devem ser alterados para "estratégias". Após os objetivos, serão citadas as "linhas de ação" e as denominações dos respectivos projetos, com uma breve descrição de seus principais objetivos;
- Os resumos dos projetos (item 6.2) devem ser removidos para os anexos.

3.2. Apresentação do Plano Plurianual de Trabalho (PPA-2004/2007) e suas interfaces com o PAF-ZC.

O Sr. Luis Mauro apresentou as planilhas com os projetos do PPA, com possível rebatimento sobre a zona costeira. Dessa forma, foi possível uma quantificação aproximada dos recursos passíveis de aplicação na zona costeira, além da identificação das instituições responsáveis.

Procurou-se identificar, também, uma relação entre os projetos e as linhas de ação prioritárias do novo PAF.

3.3. Definição de prioridades e dos arranjos institucionais para implementação do PAF-ZC

Em função do número relativamente reduzido de participantes, optou-se por manter a reunião plenária, não mais adotando a divisão em grupos, conforme prevista na agenda.

Para cada uma das linhas de ação e projeto do PAF foram definidas metas prioritárias; responsabilidades de coordenação; arranjo institucional; abrangência geográfica; e possível fonte de recursos. Os resultados da discussão estão na tabela do **Anexo I**.

3.4. Prazos e responsabilidades

O MMA/SQA/GERCOM fará uma apresentação do andamento e da estrutura proposta para o PAF na próxima reunião da CIRM, no dia 02 de dezembro de 2004.

Com base nas alterações a serem encaminhadas pelos representantes das instituições presentes, para aperfeiçoamento do texto do PAF e na reestruturação a ser elaborada pelo MMA/SQA/GERCOM, uma nova versão do Plano e seus anexos serão distribuídos até o dia 10 de dezembro de 2004.

As instituições participantes deverão encaminhar suas sugestões para a versão final até o dia 30 de janeiro de 2005.

4. DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

17 de fevereiro de 2005.

5. ENCERRAMENTO

A Sra. Oneida agradeceu a presença de todos e encerrou a 24^a Sessão Ordinária do Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro, às 17:30.

ANEXO I – Prioridades e arranjos institucionais para implementação do PAF-ZC.

PLANO DE AÇÃO FEDERAL					
PROJETO	META PRIORITÁRIA	COORDENAÇÃO	COMITÊ DE ARTICULAÇÃO	ABRANGÊNCIA	RECURSOS
INSTRUMENTALIZAÇÃO	- Estabelecimento de diretrizes gerais de macro-planejamento da União, a partir da metodologia de avaliação ambiental estratégica que orientem a compatibilização de políticas e ações quanto à redução de riscos e impactos da expansão dos setores de petróleo, portuário, turismo, indústria e da urbanização, associadas a condicionantes naturais e legais, bem como a interface com as bacias hidrográficas contribuintes.	MMA (SQA)	Estados do NE, MTurismo, MCidades, MMA, IBAMA, MME, MD, MP/SPU, ONG, SEAP e MP/SPI.	Região Nordeste	MMA
PROJETO ORLA MARÍTIMA	- Assessorar os primeiros cinquenta e cinco municípios atendidos pelo Projeto, para implementação das ações previstas nos respectivos Planos de Intervenção na orla (infra-estrutura, saneamento ambiental e planos diretores).	MMA e SPU	MMA, SPU, MCidades, ONG, ABEMA, IBAMA, Mturismo e SEAP.	Municípios capacitados	MMA, SPU e Prefeituras
ESTRATÉGIA PARA RESERVAS DE ÁREAS	- Estabelecer um conjunto de critérios para seleção, delimitação e manejo de áreas a serem reservadas dentre as de patrimônio da União.	SPU	MMA, SPU, IBAMA, MD, ABEMA, ANAMMA e SEAP.	Zona Costeira	SPU e MMA
AG. AMBIENTAL PORTUÁRIA	- Implementar unidades de gerenciamento ambiental nos nortos organizados.	MT/ANTAQ	MT/ANTAQ, MMA, SPU, IBAMA, MD/MB, ABEMA, MCidades/Saneamento e Secirm.	Zona Costeira	MT/ANTAQ

PLANO DE AÇÃO FEDERAL					
PROJETO	META PRIORITÁRIA	COORDENAÇÃO	COMITÊ DE ARTICULAÇÃO	ABRANGÊNCIA	RECURSOS
	portos organizados. - Regularização dos bens patrimoniais da União nos portos organizados.				
MONITORAMENTO	- Elaborar uma matriz de indicadores (estado, pressão, impacto e resposta) a partir de diagnósticos relativos ao estado-da-arte do monitoramento ambiental na ZC.	IBAMA (supervisão MMA)	IBAMA, ABEMA, Prefeituras e CNPq.	Zona Costeira	IBAMA e MMA
FISCALIZAÇÃO	- Elaborar o programa de fiscalização integrada.	IBAMA	IBAMA, MD/MB, SPU, MJ/DPF, ABEMA, ANTAQ e ANA.	Zona Costeira	Articular com outros projetos do PAF
CAPACITAÇÃO, INFORMAÇÃO, ESTUDOS E PESQUISAS	1. Implementação do sistema integrado de informações 2. Desenvolvimento de estudos de apoio ao ordenamento territorial e ao mapeamento de sensibilidade ao derramamento de óleo 3. Capacitação em apoio às demandas dos projetos.	GI-GERCO	1. MMA, ABEMA, SPU, IBAMA, e ONGs, SEAP. 2. MMA, ABEMA, SPU, IBAMA, ONGs e SEAP. 3. MMA, ABEMA, SPU, IBAMA, Secirm e ONGs, ANTAQ, SEAP.	Zona Costeira	